

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação I – Alinhamento ao Plano Estratégico

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 1	Garantir o alinhamento estratégico de todas as iniciativas propostas pelo Comitê Gestor Regional, para a Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição	Necessidade de subsidiar as ações de priorização do primeiro grau, com vistas à melhoria de longo prazo do Poder Judiciário				
Produto 1.1	Prestar o auxílio necessário ao Comitê Gestor Regional para o planejamento de ações e acompanhamento das ações		Secretaria de Gestão Estratégica	Ação permanente		Diretoria de Planejamento da SGE Assessorias Setoriais de Planejamento das Unidades Administrativas do TJGO
Produto 1.2	Propor as adequações necessárias para o pleno alinhamento das ações do Comitê Gestor Regional, com o Plano Estratégico do TJGO 2015-2020 e com as Estratégias Nacionais para o Poder Judiciário, estabelecidas na Resolução nº 198/2014 do CNJ		Secretaria de Gestão Estratégica	Ação permanente		Diretoria de Planejamento da SGE Assessorias Setoriais de Planejamento das Unidades Administrativas do TJGO

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação II – Equalização da Força de Trabalho

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 2	Redistribuir servidores das atividades meio para as atividades fim	É necessária uma melhor alocação de servidores de forma a priorizar a finalidade da justiça, tendo por foco o atendimento ao cidadão de forma mais ágil				
Produto 2.1	Extinguir atividades meio não essenciais					
Produto 2.1.1	Realizar estudo para a identificação das atividades meio não essenciais		Unidades Administrativas	Out/2015	Mar/2016	Secretaria de Gestão Estratégica
Produto 2.1.2	Elaborar organograma das atividades meio e identificar as atribuições de todos os cargos, tendo por meta a redução de setores e servidores da atividade meio para a redistribuição para a atividade fim, que deverá ser apresentado e previamente homologado pelo Comitê		Unidades Administrativas	Out/2015	Mar/2016	Secretaria de Gestão Estratégica
Produto 2.2	Reduzir quantitativo de cargos comissionados nas atividades meio					
Produto 2.2.1	Identificar cargos comissionados nas atividades meio que não atendem plenamente a função/ atribuição de direção ou assessoramento previsto na Constituição Federal, que deverá ser apresentado e previamente homologado pelo Comitê.		Diretoria de Recursos Humanos	Out/2015	Mar/2016	Secretaria de Gestão Estratégica



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Produto 2.2.2	Priorizar a nomeação de cargos vagos e a criação de cargos novos de servidores do Primeiro Grau e de Juízes		Diretoria-Geral	Mar/2016	Jul/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 2.3	Terceirizar atividades de manutenção e atendimento nas atividades meio					
Produto 2.3.1	Realizar levantamento de atividades passíveis de terceirização		Unidades Administrativas	Jan/2016	Jun/2016	Diretoria-Geral
Produto 2.3.2	Promover a organização/readequação dos contratos de terceirização de atividades		Unidades Administrativas	Em andamento		Diretoria-Geral Diretoria Administrativa Diretoria Financeira
Resultado 3	Dotar as unidades jurisdicionais com força de trabalho adequada e de forma proporcional a redução da demanda de processos	O atendimento ao cidadão de forma eficiente e ágil é prioridade e meta do Conselho Nacional de Justiça, sendo que a medida visa atacar as causas do mau funcionamento da justiça				
Produto 3.1	Elaborar os cálculos de distribuição de servidores para cada unidade judiciária, tendo como paradigma a resolução 184\2013 e alterações do CNJ		Diretoria de Gestão da Informação da SGE	Jan/2016	Mar/2016	Diretoria de Gestão da Informação da SGE
Produto 3.2	Realizar remoção interna de servidores atendendo aos parâmetros identificados		Unidades Administrativas	Mar/2016	Jun/2016	Diretoria-Geral



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Produto 3.3	Realizar concurso público ou chamamento de servidores aprovados completando o quadro se necessário		Diretoria-Geral	A ser definido		Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos Comissão de Seleção e Treinamento
Resultado 4	Diminuir demanda de servidores nas atividades meio	A modernização dos procedimentos traz uma diminuição de demanda de pessoal possibilitando um foco de qualidade na atividade finalística da justiça				
Produto 4.1	Desburocratizar os processos e procedimentos administrativos		Unidades Administrativas	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria Administrativa
Produto 4.2	Implantar o processo administrativo eletrônico		Unidades Administrativas	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Produto 4.3	Reavaliar os procedimentos relativos ao fundo rotativo, buscando soluções eficientes para pequenas despesas nas unidades judiciárias		Diretoria Geral			Diretoria Geral



POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação III – Adequação Orçamentária

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)	ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
Resultado 5	Assegurar a implantação das estratégias de gestão pública no orçamento	É diretriz assumida pelo CNJ a priorização de medidas que tragam mais eficiência ao poder judiciário			
Produto 5.1	Identificar no orçamento os recursos destinados às atividades fins no primeiro e no segundo grau de jurisdição		Diretoria Financeira	Ação concluída	Diretoria-Geral Diretoria Financeira Diretoria Administrativa
Produto 5.2	Identificar no orçamento os recursos destinados às atividades meio		Diretoria Financeira	Ação concluída	Diretoria-Geral Diretoria Financeira

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação IV – Infraestrutura e Tecnologia

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 6	Implantar o processo judicial eletrônico	O processo judicial eletrônico induzirá a uma maior celeridade processual, ao mesmo tempo que reduzirá custos operacionais, aumentará a produtividade e disponibilizará informações em menor tempo				
Produto 6.1	Adequar o parque tecnológico do 1º Grau para instalação escalonada do Processo Eletrônico no sistema dos Juizados Especiais e nas Varas Judiciais de todo o Estado		Diretoria de Informática	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Produto 6.2	Buscar alternativas para a ampliação da estrutura de links de comunicação de dados das Comarcas do Interior, com velocidade de internet compatível com a utilização do processo eletrônico		Diretoria de Informática	Jan/2016	Mar/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Produto 6.3	Instalar zonas wi-fi para acesso de magistrados, servidores, membros do Ministério Público e advogados		Fóruns	Jan/2016	Dez/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Informática



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 7	Implantar certificação eletrônica de magistrados e servidores pelo próprio Tribunal de Justiça	Melhor eficiência e eficácia na solução				
Produto 7.1	Promover estudos para implementar a certificação eletrônica de magistrados e servidores pelo próprio TJGO, independente das empresas certificadoras A3, que atualmente têm prazos de validade de apenas 3 anos e são muito onerosas ao erário		Diretoria de Informática	Out/2015	Dez/2015	Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Resultado 8	Unificar os sistemas de gerenciamento dos processos judiciais e administrativos					
Produto 8.1	Unificar os quatro maiores sistemas atualmente utilizados para gerenciar eletronicamente os processos judiciais (SPG, SSG, Projudi e SDM)		Diretoria de Informática	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Produto 8.2	Aprimorar o sistema dos processos administrativos, com a utilização de interface responsiva, adequando os sistemas para trabalharem em qualquer dispositivo eletrônico (desktops, laptops, tablets, smartphones)		Diretoria de Informática	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Informática



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 9	Promover entre o Poder Judiciário e os demais órgãos públicos a instalação de um sistema integrado de controle da execução da pena	Necessidade integração de informações dos diversos órgãos que atuam no Sistema de Justiça Criminal para uma melhor gestão dos processos criminais				
Produto 9.1	Criar mecanismos eletrônicos para observância da Lei Federal nº 12.714/2012, relacionada ao controle da população carcerária e ao acompanhamento do cumprimento da pena, integrando o Poder Judiciário e os demais órgãos públicos envolvidos no sistema prisional		Corregedoria-Geral da Justiça	Jan/2016	Dez/2016	Corregedoria-Geral da Justiça
Resultado 10	Implantar sistema informatizado para gerenciamento dos processos de movimentação nas carreiras da magistratura e dos servidores	Propiciar maior transparência nas informações prestadas nos processos de movimentação nas carreiras				
Produto 10.1	Implementar ferramenta eletrônica para habilitação, acompanhamento e gerenciamento dos processos de promoção e remoção de magistrados e servidores, com aproveitamento das informações constantes nos sistemas em uso		Corregedoria-Geral da Justiça Diretoria de Recursos Humanos	Jan/2016	Jun/2016	Corregedoria-Geral da Justiça Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 11	Aprimorar o serviço de manutenção predial de forma a garantir eficiência, continuidade e preservação do patrimônio, envolvendo a articulação com servidores de outras unidades administrativas que intervêm nas ações de engenharia, bem como, com usuários e prestadores de serviços	Promover mais celeridade na realização de reparos de pequena e média complexidade				
Produto 11.1	Criar mecanismos de controle informatizado de obras e serviços de engenharia.					



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 12	Aprimorar a segurança nas unidades judiciárias	Oferecer maior segurança nas unidades judiciárias				
Produto 12.1	Dar cumprimento à Resolução nº 104/2010 do CNJ, que dispõe sobre medidas administrativas para segurança nas unidades judiciárias		Presidência	Ação permanente		Diretoria-Geral Diretoria de Obras Comissão Permanente de Segurança do TJGO
Produto 12.2	Implantar controle de acesso nos prédios do Poder Judiciário		Fóruns	Jan/2016	Dez/2016	Presidência Assessoria Militar Diretoria-Geral Diretoria de Obras
Produto 12.3	Aprimorar o sistema de câmeras de segurança em todas as unidades judiciárias		Fóruns	Jan/2016	Dez/2016	Presidência Assessoria Militar Diretoria-Geral Diretoria de Obras
Produto 12.4	Instituir o policiamento ostensivo com agentes próprios, preferencialmente, ou terceirizados em todas as unidades judiciárias		Fóruns	Ação concluída		Presidência Assessoria Militar Diretoria-Geral
Produto 12.5	Estabelecer estratégia de segurança para magistrados que exerçam atividades de alto risco ou que estejam sob ameaça		Assessoria Militar	Ação concluída		Presidência Assessoria Militar Diretoria-Geral Diretoria Administrativa

Produto 12.6	Fazer gestão eficiente para cumprimento do disposto do art. 7º da Resolução 104/2010 CNJ		Presidência			Juiz Auxiliar da Presidência
--------------	--	--	-------------	--	--	------------------------------

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação V – Governança Colaborativa

AÇÕES PROPOSTAS	JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
			Início	Término	
Resultado 13	Propiciar a inclusão de Magistrados e Servidores nas discussões sobre as estratégias do Poder Judiciário e nas avaliações dos resultados institucionais	Internalizar nas pessoas, em todos os níveis, a importância da participação na definição e execução das estratégias, bem como na avaliação dos resultados			
Produto 13.1	Criar mecanismos efetivos para a participação de todos nas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE)	Secretaria de Gestão Estratégica	Jan/2016	Mar/2016	Diretoria de Planejamento
Produto 13.2	Elaborar projeto para disseminar as estratégias do Poder Judiciário nas regiões judiciárias	Secretaria de Gestão Estratégica	Out/2015	Nov/2015	Diretoria de Planejamento

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação VI – Diálogo Social e Institucional

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 14	Oferecer soluções efetivas aos problemas identificados no 1º Grau	É necessário que se faça uma análise dos problemas identificados pelos usuários da Justiça e que se atue nas causas dos problemas, evitando as suas reincidências.				
Produto 14.1	Fomentar a troca de informações com a Corregedoria, Ouvidoria e Diretoria de Foros para identificar os principais problemas relativos ao 1º Grau		Presidência	Ação permanente		Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Corregedoria-Geral da Justiça Juízes Auxiliares da Corregedoria Ouvidoria
Produto 14.2	Promover a análise dos problemas identificados e suas respectivas causas		Secretaria de Gestão Estratégica	Ação permanente		Diretoria de Planejamento
Resultado 15	Melhorar a comunicação com a sociedade	Promover junto a sociedade informações sobre a realidade do 1º Grau da Justiça				
Produto 15.1	Inserir, no plano de comunicação do Judiciário, informações sobre o funcionamento do 1º Grau		Secretaria de Gestão Estratégica	Out/2015	Dez/2015	Presidência Centro de Comunicação Social



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)	ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)	
Resultado 16	Fortalecer as relações institucionais com outros órgãos da administração pública, fomentando a troca de informações	A troca de informação com outras instituições tem o potencial de acelerar a tramitação processual, reduzir a taxa de congestionamento e diminuir a sensação de impunidade				
Produto 16.1	Promover a troca eletrônica de informações com o TRF para atualização eletrônica da situação dos processos de competência delegada que tramitam no TJGO		Presidência	Jan/2016	Dez/2016	Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Corregedoria-Geral da Justiça Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Produto 16.2	Promover a troca eletrônica de informações com o TRE para a suspensão / reestabelecimento dos direitos políticos dos apenados		Presidência	Jan/2016	Dez/2016	Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Corregedoria-Geral da Justiça Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Produto 16.3	Promover a troca eletrônica de informações com o TRE para atualização cadastral de partes não localizadas		Presidência	Jan/2016	Dez/2016	Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Corregedoria-Geral da Justiça Diretoria-Geral



				Diretoria de Informática	
Produto 16.4	Solicitar ao CNJ o estabelecimento de convênio com o INSS para a consulta de informações sobre óbitos	CNJ	Jan/2016	Dez/2016	Presidência

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
Resultado 17	Criar canal de comunicação permanente com Juízes e Servidores					
Produto 17.1	Estabelecer um canal permanente de comunicação com Juízes e Servidores para a troca de ideias sobre o funcionamento do 1º Grau	Necessidade de melhorar a comunicação interna e fomentar a discussão interna dos problemas do Judiciário para a busca de soluções efetivas	Presidência	Jan/2016	Mar/2016	Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Corregedoria-Geral da Justiça Secretaria de Gestão Estratégica
Produto 17.2	Incentivar a participação dos Juízes nos fóruns de discussão		Presidência	Ação permanente		Presidência Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos Entidade de Classe
Produto 17.3	Incentivar a participação dos Servidores nos fóruns de discussão		Presidência	Ação permanente		Presidência Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos Entidade de Classe



Resultado 18	Promover a oficialização das publicações do TJGO nos meios de comunicação	Estimular a divulgação de informação de interesse, atendendo a requisitos de qualidade da população				
Produto 18.1	Divulgar informações relativas às questões judiciais de interesse da sociedade, de forma impessoal		CCS	Mar/2016	Jun/2016	Presidência Centro de Comunicação Social
Produto 18.2	Oferecer, às empresas de comunicação, assessoramento jurídico para a adequada interpretação de informações sobre o Poder Judiciário		CCS	Mar/2016	Jun/2016	Presidência Centro de Comunicação Social

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação VII – Prevenção e Racionalização de Litígios

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 19	Priorizar e ampliar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCS, evitando o aumento de processos judiciais que podem ser solucionados através desta iniciativa	A conciliação propicia uma solução de conflito mais ágil, beneficiando todas as partes interessadas				
Produto 19.1	Instalar novos CEJUSCS e ampliar os já existentes, para atendimentos pré-processuais e nos processos judiciais, inclusive no âmbito dos Juizados Especiais e nas questões criminais		Unidades Judiciárias	Ação em andamento	Presidência Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	
Produto 19.2	Fomentar a conciliação e mediação, nos termos do novo Código de Processo Civil e da Lei da Mediação (Lei nº 13.140/2015), que em breve entrarão em vigor		Unidades Judiciárias	Ação permanente	Presidência Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Produto 19.3	Profissionalizar os auxiliares da Justiça que atuam nas áreas da conciliação e mediação		Unidades Judiciárias	Ação em andamento		Presidência Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Resultado 20	Implantar conciliação pré-processual na execução fiscal como solução alternativa de conflitos					
Produto 20.1	Fomentar meios extrajudiciais para a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, mediante conciliação pré-processual, por meio de convênio firmado entre Municípios, Estado e o TJGO, com a utilização das estruturas dos CEJUSCS, observadas as orientações do Novo Código de Processo Civil e da Lei da Mediação (Lei nº 13.140/2015)	Dar vazão aos processos onde o Poder Público figura como maior litigante do Judiciário	Unidades Judiciárias	Ação permanente		Presidência Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Diretoria-Geral
Resultado 21	Criar mecanismos informatizados para identificação de processos de litigância serial	Possibilita a gestão da unidade, bem como previne situações de irregularidade				



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Produto 21.1	Adota tabela processual unificada do CNJ no sistema do processo eletrônico		Diretoria de Informática	Set/2015	Dez/2015	Presidência Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Produto 21.2	Identificar os processos de litigância serial		Diretoria de Informática	Jul/2016	Dez/2016	Presidência Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação Diretoria-Geral Diretoria de Informática
Resultado 22	Consolidar enunciados que orientem o julgamento de demandas repetitivas	Uniformização de entendimento, evitando reforma de decisões, contribuindo para uma melhor celeridade processual				
Produto 22.1	Constituir comissão integrada por magistrados e servidores para identificação, realização de estudos e consolidação de enunciados e súmulas que orientem a processualização, julgamento e efetivação das decisões nos processos que envolvem demandas repetitivas		Presidência	Mar/2016	Jun/2016	Presidência Comissões constituídas por magistrados



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 23	Implantar projeto Justiça Restaurativa no Juizado da Infância e Juventude	Mecanismo de auto composição para a solução de conflito				
Produto 23.1	Implantar o projeto Justiça Restaurativa para casos com vínculo relacional continuado e reconhecimento de culpa.		Unidades Judiciárias	Jan/2016	Dez/2016	Juizado da Infância e Juventude

POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação VIII – Estudos e Pesquisas

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 24	Apresentar resultado de estudos e pesquisas sobre as causas dos problemas identificados no Primeiro Grau de Jurisdição	Forma de subsidiar a administração do Poder Judiciário para a tomada de decisão, baseada em fatos				
Produto 24.1	Estabelecer as linhas de estudos e escopo de atuação		Presidência	Mar/2016	Abr/2016	Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Secretaria de Gestão Estratégica
Produto 24.2	Definir enfoque metodológico		Presidência	Mar/2016	Abr/2016	Presidência Juízes Auxiliares da Presidência Secretaria de Gestão Estratégica
Produto 24.3	Realizar estudos e pesquisas		Secretaria de Gestão Estratégica	Abr/2016	Dez/2016	Diretoria de Gestão da Informação



POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU – PLANO DE AÇÃO

Linha de Atuação IX – Formação Continuada

AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
				Início	Término	
Resultado 25	Promover a contínua capacitação de magistrados e servidores	A capacitação continuada é forma eficiente de agregar valor ao trabalho realizado, propiciando a reflexão sobre a melhor forma de obter os resultados desejados				
Produto 25.1	Identificar as necessidades de capacitação de magistrados e servidores, com vistas a elaboração de programa integrado de eventos de natureza pedagógica, de caráter continuado, privilegiando conteúdos jurídicos, organizacionais e tecnológicos, com acompanhamento do trabalho pela Escola Judicial		Unidade Judiciárias	Ação permanente		Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 25.3	Estabelecer convênio com as instituições de ensino, de modo a favorecer a redução dos custos para os interessados em cursar graduações e pós-graduações		Unidade Judiciárias	Mar/2016	Jun/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
Produto 25.4	Estabelecer convênio para Mestrados e Doutorados, com fechamento de grupos específicos para juízes e servidores, propiciando o fornecimento da bolsa de capacitação		Unidade Judiciárias	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 25.5	Estabelecer critérios para a seleção de servidores para participação em eventos externos de capacitação		Unidade Judiciárias	Jan/2016	Mar/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 25.6	Desburocratizar procedimentos para a realização de cursos externos aos servidores (solicitação de treinamento, inscrição, liberação de diárias, disponibilização de passagens)		Unidade Administrativas	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 25.7	Disponibilizar cursos sobre o novo CPC para todos os servidores atuam em áreas impactadas		Unidade Judiciárias	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 25.8	Oferecer cursos de gestão cartorária para juízes, escrivães e secretários de juizados		Unidade Judiciárias	Ação em andamento		Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos



AÇÕES PROPOSTAS		JUSTIFICATIVA (Porque fazer?)	LOCAL (Onde fazer?)	CRONOGRAMA (Quando fazer?)		ÁREA RESPONSÁVEL (Quem vai fazer?)
Resultado 26	Priorização de projetos estratégicos visando atualização e aprimoramento de servidores, com foco em cursos de gestão pública para os ocupantes de cargo de direção.	Utilizar a capacitação como instrumento de valorização do servidor				
Resultado 26.1	Estabelecer política de concessão de benefícios voltados à capacitação, com o foco na valorização do servidor		Diretoria de Recursos Humanos	Jan/2016	Jun/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Resultado 27	Fomentar o ensino a distância para magistrados e servidores	O ensino a distância é uma excelente alternativa para a capacitação, cobrindo grandes distâncias e alcançando várias pessoas				
Produto 27.1	Estabelecer critérios para a seleção de tutores e instrutores, oportunizando a participação de todos		Diretoria de Recursos Humanos	Jan/2016	Jun/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos
Produto 27.2	Identificar, dentre o universo de juízes e servidores, interessados em compartilhar conteúdo próprio (conteudista)		Diretoria de Recursos Humanos	Jan/2016	Jun/2016	Diretoria-Geral Diretoria de Recursos Humanos